

Quatro Décadas de Crescimento Econômico no Centro-Oeste Brasileiro: Recursos Públicos em Ação

Aristides Monteiro Neto

Técnico da DIPRU/IPEA (Brasília/DF)
Mestre em Economia, PIMES/UFPE

Gustavo Maia Gomes

Diretor de Política Urbana e Regional, DIPRU/IPEA
(Brasília/DF) Ph.D. em Economia (University of
Illinois/USA)

Resumo:

Mostra que o crescimento econômico ocorrido na região Centro-Oeste nos anos de 1960 a 1996 foi muito mais elevado que o das demais regiões brasileiras, exceto a região Norte, no mesmo período, e evidencia através da mensuração dos investimentos públicos e das despesas em bens e serviços na região que o papel do setor público tem sido de fundamental importância na explicação do alto desempenho do PIB *per capita*. Na verdade, em vários dos anos para os quais os dados foram passíveis de elaboração, a participação do Governo na economia tem ultrapassado os 50% do PIB regional, o que tem beneficiado esta região muito mais que as demais macrorregiões brasileiras – na forma de uma forte trajetória de expansão do seu PIB *per capita* – como resultado do alto grau de comprometimento de recursos públicos para criação e manutenção de demanda agregada.

Palavras-chave:

Crescimento Econômico; Investimento Público; Desenvolvimento Regional; Brasil-Região Centro-Oeste.

1 - INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo principal apontar os elementos explicativos mais importantes do crescimento econômico ocorrido na região do Centro-Oeste brasileiro desde o início dos anos 60. O Estado, representado pelo governo federal, foi o grande agente das transformações ocorridas, sendo que sua principal ação – que teve rebatimentos de grande monta sobre o perfil produtivo e o crescimento populacional regionais – foi a transferência da capital federal da cidade do Rio de Janeiro para a recém-criada cidade de Brasília (o núcleo administrativo do novo Distrito Federal) em meio ao estado de Goiás.

A literatura que tem investigado as transformações da economia regional nas últimas três ou quatro décadas tem apontado para este papel ímpar e fundamental do Estado como indutor do desenvolvimento do Centro-Oeste [ver, entre outros trabalhos, SUDECO (1988); BERTRAN (1988); GALINDO & SANTOS (1995); SEPPE (1998)]. No entanto, tais análises não tiveram como objetivo explícito a realização de um mapeamento mais exaustivo do conjunto das ações do governo federal na região que resultaram numa substancial transformação do perfil produtivo da economia, tampouco intentaram mensurar os correspondentes volumes de recursos que puderam exercer um papel de grande estímulo sobre a criação e manutenção de demanda agregada na região.

Neste artigo, analisamos e mensuramos as variáveis que tiveram maior poder explicativo sobre o crescimento econômico regional e que estão imediatamente ligadas à atuação do governo federal. São elas: os investimentos públicos e os privados diretamente estimulados pelo setor público, e o conjunto dos gastos públicos na forma de despesas em consumo que têm sido realizados com regularidade na região.

2 - EXPANSÃO PRODUTIVA EM RITMO ACELERADO: A ECONOMIA DO CENTRO-OESTE NO PERÍODO 1960/1996

2.1 - O crescimento do Produto Interno Bruto regional

A região Centro-Oeste apresentou um dos melhores perfis de desempenho econômico entre as regiões do País. As razões estão, de um lado, no fato de sua base produtiva ter se diversificado desde 1960 de maneira muito acelerada e, de outro, o crescimento populacional ter contribuído para a ocupação de grandes áreas inóspitas prevalentes até então. Uma das faces do crescimento ocorrido está no expressivo aumento da sua participação no total do PIB nacional que em 1960 era de 2,45% e alcançou em 1996, o total de 7,45%. Em termos absolutos, neste último ano, o PIB regional foi de R\$ 56,1 bilhões a preços de 1996.

Comparando-se as taxas de crescimento do PIB total da região e do Brasil como um todo para o período 1960/96 e também alguns subperíodos específicos, conforme mostrado na Tabela 2.1, a alta performance apresentada pela região torna-se evidente: enquanto o Brasil crescia a uma taxa de 5,2% ao ano (que por si só já é alta), a da região Centro-Oeste foi, em média, de 8,3% ao ano durante os trinta e seis anos sob análise.

A desagregação das taxas de crescimento em vários subperíodos relevantes mostra que em nenhum destes subperíodos a economia do Centro-Oeste sofreu de crescimento negativo do PIB. As décadas de 60 e 70 que se caracterizaram por forte crescimento econômico para o País como um todo, foram extremamente positivas para o Centro-Oeste, como mostra a tabela abaixo, e mesmo nos anos 80, quando o País passa por uma crise forte e desacelera suas taxas de crescimento, a economia da região se diferenciou do padrão nacional de redução de atividade e continuou num ritmo acelerado de crescimento à taxa de 9,1% ao ano. E mais, em todos os subperíodos – excetuando aquele chamado de “estabilização do Real” que compreende ao anos recentes de 1994 a 1996 – a economia regional cresceu mais que a nacional.

TABELA 1
Brasil e Região Centro-Oeste
Taxas médias anuais de crescimento e índices de instabilidade do
Produto Interno Bruto para diferentes períodos compreendidos entre 1960 e 1996

País/Região	Período	Taxa Média Anual de Crescimento do PIB (%)*	Índice de Instabilidade**
Brasil	1960/96	5,2	73
C.Oeste		8,3	57
Brasil	1970/96	3,8	119
C.Oeste		6,7	50
Brasil	1980/96	2,2	140
C.Oeste		5,1	55
Brasil	Década de 60	4,5	223
C.Oeste		6,1	407
Brasil	Década de 70	8,5	25
C.Oeste		12,1	4
Brasil	Década de 80	3,1	192
C.Oeste		9,1	358
Brasil	1990/96	3,1	104
C.Oeste		4,0	315
Brasil	ajustamento	3,8	412
C.Oeste	(1960/67)	5,9	590
Brasil	milagre	11,4	4
C.Oeste	(1968/73)	15,7	0
Brasil	choques do petróleo	6,7	9
C.Oeste	(1974/80)	10,6	4
Brasil	crise da dívida	-1,1	511
C.Oeste	(1981/83)	0,1	997
Brasil	falsa recuperação	7,7	0
C.Oeste	(1984/86)	11,1	10
Brasil	hiperinflação reprimida	-0,01	999,7
C.Oeste	(1987/93)	3,0	420
Brasil	estabilização do Real	3,6	11
C.Oeste	(1994/96)	3,5	89

FONTE REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA (1970).
REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA (1977).

NOTAS: * Todas as taxas de crescimento constantes deste trabalho foram calculadas com ajuste, por mínimos quadrados, de funções exponenciais (lineares nos logaritmos). As estimativas obtidas por esse método geralmente diferem dos calculados como médias geométricas das taxas de crescimento observadas.

** Os índices de instabilidade são definidos pela fórmula $I = |1 - R^2| \times 1000$, sendo que valores menores indicam um comportamento mais estável do PIB em relação à sua tendência de longo prazo. Valores maiores do índice I refletem, ao contrário, alta instabilidade de curto prazo do produto interno, em cada período considerado.

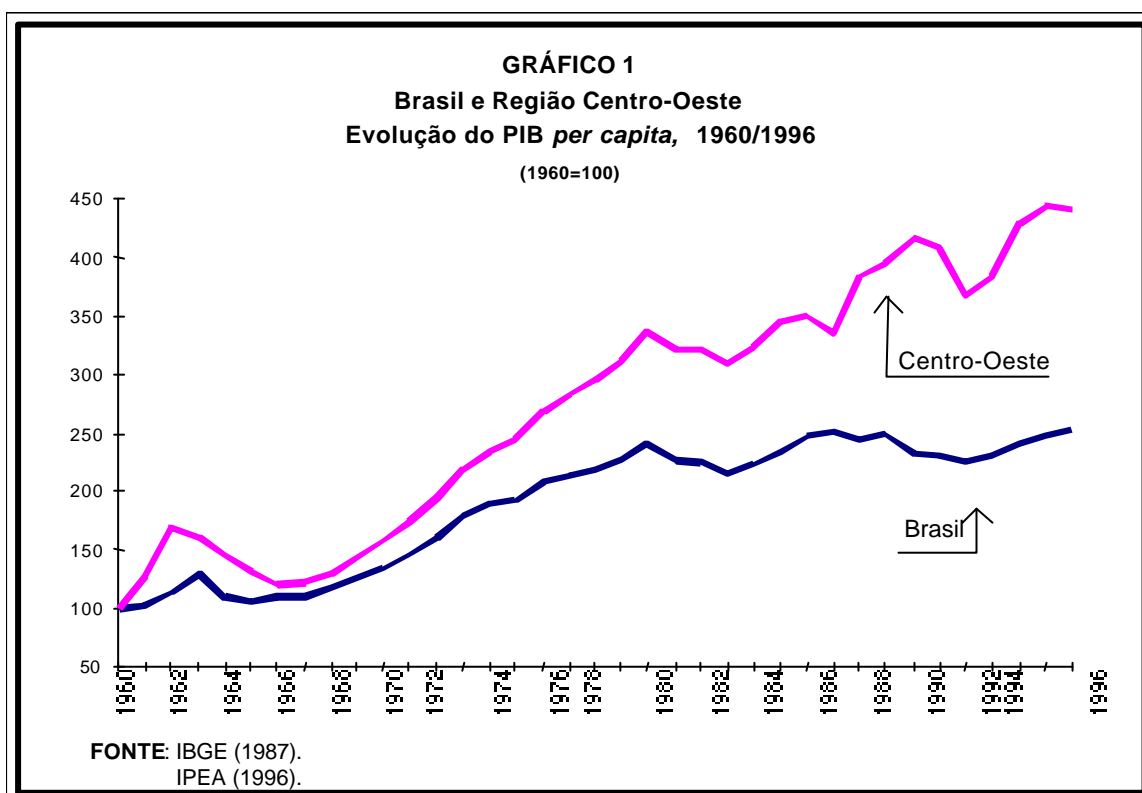
Os índices de instabilidade das taxas de crescimento revelaram-se, em geral, baixos para o Centro-Oeste, somente nos períodos da economia brasileira em que as crises foram extremamente fortes – como o período de ajustamento dos anos 1960/67, o período da crise da dívida (1981/83), e a fase de hiperinflação reprimida no final dos anos 80 e início

dos 90 – é que as estimativas para os índices de instabilidade são muito elevadas. Pode-se afirmar, portanto, que, desde início dos anos 60, o crescimento observado na economia da região além de muito alto, como vimos antes, foi também bastante estável.

As altas taxas de crescimento econômico apresentadas na região resultaram em crescimento do produto *per capita* acima do mesmo ritmo observado para o país como um todo, a despeito da ocorrência de taxas de crescimento populacional também muito expressivas¹. As taxas de crescimento anuais do PIB *per capita* ao longo do período 1960/1996, por nós calculadas, para o país como um todo e suas cinco macrorregiões confirmam a afirmação acima: o Brasil cresceu a taxa anual de 2,8%; a região Norte apresentou taxa de 4,2% ao ano; no Nordeste a taxa foi de 3,0% ao ano; no Sudeste, ela foi de 2,5% ao ano; na região Sul, ela foi de 3,2% ao ano; e finalmente, no Centro-Oeste, a taxa foi de 4,1% ao ano.

Esta última região, portanto, só foi superada em termos de crescimento *per capita* do produto, na perspectiva do longo prazo analisada, pelo crescimento observado na região Norte do País; entretanto, mesmo assim a diferença entre as duas não chegou a ser algo notável

Em 1960, o PIB *per capita* regional atingia o valor de R\$ 1.103,00 enquanto que o mesmo para o Brasil era de R\$ 1.896,00. Em 1990, no entanto, o Produto *per capita* regional já teria ultrapassado o nacional, os valores observados foram, respectivamente, para o Centro-Oeste e Brasil de R\$ 4.587,00 e R\$ 4.428,00 (todos os valores citados estão expressos em R\$ constantes de 1996).



¹ Segundo estimativas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da região Centro-Oeste, em 1960, era de 2,94 milhões de habitantes e de 11,55 milhões em 1996. Para o País como um todo, os dados em 1960, mostram uma população de 69,68 milhões e, em 1996, atingindo 157,1 milhões. Em números-índice tomando o ano de 1960=100, os valores, em 1996 para o Centro-Oeste e Brasil são, respectivamente, de 392,4 e 225,4. Enquanto o País duplicou sua população no período considerado, a região multiplicou por, aproximadamente, quatro a sua.

O GRÁFICO 1 mostra a evolução dos PIBs *per capita* regional e nacional. Adotando o ano de 1960 como ano-base (=100) o produto *per capita* no Centro-Oeste atinge o valor de 440 em 1996 (final do período) e o do Brasil como um todo chegou a 253 neste último ano. O GRÁFICO deixa evidente que o crescimento do produto *per capita* foi mais firme desde o último quinquênio da década de 60 até 1980 quando o País apresentou taxas de crescimento no PIB total mais elevadas. Entretanto, de 1981 em diante, a trajetória evolutiva observada foi muito mais irregular, desvirtuando-se, na verdade, da tendência de cres-

cimento que se vinha verificando nas décadas passadas. Os dois movimentos indicados – de firme crescimento até 1980 e de oscilações frequentes (queda/aumento/queda) entre 1981 e 1996 – foram, de maneira geral, muito similares para as duas economias retratadas, embora a performance da região Centro-Oeste tenha sido ao longo de todo o período bastante superior, em termos de ganhos de longo prazo no nível de Produto *per capita*, à do Brasil.

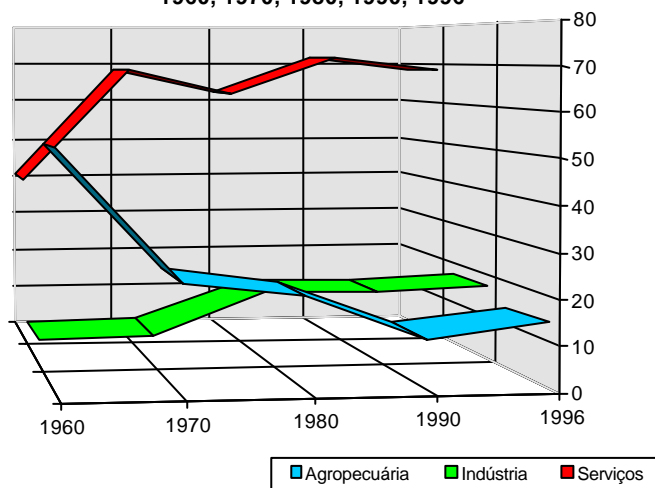
2.2 – As mudanças na composição setorial

O crescimento econômico intenso verificado no Centro-Oeste brasileiro neste período de 1960 a 1996 tem uma componente explicativa muito relevante na mudança em sua composição setorial da atividade produtiva. A região que apresentava um perfil produtivo muito ligado ao setor agropecuário – onde este correspondia com 52,5% do PIB regional em 1960 – vai paulatinamente, nas décadas seguintes, diminuindo esta participação que respondeu, em 1980, por 20,9% do produto da região e, em 1996, a participação se encontrou já substancialmente reduzida a apenas 14,1% do PIB total. A indústria, por sua vez, que contava com somente 6,5% do produto regional, em 1960, mais que duplicou sua participação e atingiu, em 1996, a fração de 17,1% daquele produto, o que

significou um esforço de crescimento inusitado. Também o setor de serviços aumentou sua participação no Produto regional desde 1960 de maneira bastante significativa – obviamente que a construção da cidade de Brasília como nova sede administrativa do País ao abrigar parcela relevante das funções burocráticas do estado brasileiro contribuiu para a expansão do terciário regional. No ano de 1960, 41,0% do produto total da região provinham do setor serviços, em 1996, esta cifra atingiu 68,8% do total. O GRÁFICO 2 mostra a evolução das participações setoriais em detalhes.

Num ritmo acelerado a economia da região está promovendo mudanças no seu sistema produtivo onde a tônica tem sido uma paulatina perda de importância relativa do seu setor tradicional, como é o caso da agricultura, para o aumento de importância dos setores responsáveis por atividades produtivas com geração de mais alto valor agregado por unidade de produto: indústria e serviços. Não se deve, entretanto, minimizar a importância da agropecuária para a economia da região pois, “...embora o PIB agropecuário represente a menor parcela, em termos relativos, do produto regional, o Centro-Oeste reveste-se de significativa importância, uma vez que foi através da agropecuária que se deu a ocupação do espaço regional e uma maior integração comercial com outras regiões, sobretudo com Sul e Sudeste. Seu desenvolvimento possibilitou também o surgi-

GRÁFICO 2
Região Centro-Oeste
Participação (%) dos grandes setores no PIB,
1960, 1970, 1980, 1990, 1996



FONTE: IBGE (1987).
IPEA.(1996).

mento do setor industrial no início dos anos 30 e seu posterior impulso a partir dos anos 80, o que provocou a expansão urbana de alguns centros já tradicionais e o aparecimento de novos aglomerados populacionais...” (GALINDO & SANTOS, 1995).

A TABELA 2 apresenta as taxas médias de crescimento dos três setores produtivos. Nela os

dados ajudam a esclarecer o quadro de modificações apontado acima. Vê-se que a taxa média anual de crescimento do setor agropecuário foi de 3,0% entre 1960/96, a mais baixa dentre os três setores; o setor industrial, por seu lado, cresceu à taxa de 13,2% ao ano e o setor de serviços expandiu-se aceleradamente à taxa de 9,4% mas ainda assim de forma menos intensa que a indústria.

TABELA 2
Região Centro-Oeste

Taxas médias anuais de crescimento e índices de instabilidade dos produtos agropecuário, Industrial e de serviços para diferentes períodos compreendidos entre 1960 e 1996

País/Região	Produto	Período	Taxa Média Anual de Crescimento do PIB (%)*	Índice de Instabilidade**
Brasil	Agropecuário	1960/96	2,2	219
C.Oeste			3,0	281
Brasil	Agropecuário	Década de 60	-0,5	978
C.Oeste			1,2	961
Brasil	Agropecuário	Década de 70	6,4	65
C.Oeste			10,6	24
Brasil	Agropecuário	Década de 80	3,3	184
C.Oeste			-3,5	583
Brasil	Agropecuário	1990/96	1,1	931
C.Oeste			8,9	102
Brasil	Industrial	1960/96	7,2	121
C.Oeste			13,2	55
Brasil	Industrial	Década de 60	6,7	264
C.Oeste			9,3	162
Brasil	Industrial	Década de 70	11,7	12
C.Oeste			21,8	1
Brasil	Industrial	Década de 80	3,5	274
C.Oeste			7,2	180
Brasil	Industrial	1990/96	1,5	665
C.Oeste			4,3	387
Brasil	Serviços	1960/96	4,9	72
C.Oeste			9,4	58
Brasil	Serviços	Década de 60	5,6	177
C.Oeste			10,1	258
Brasil	Serviços	Década de 70	6,8	43
C.Oeste			10,9	15
Brasil	Serviços	Década de 80	2,7	163
C.Oeste			6,9	70
Brasil	Serviços	1990/96	4,6	195
C.Oeste			4,2	183

FONTE: IBGE (1987).
OLIVEIRA & SILVA (1996).

Notas: * Ver nota da TABELA 3.

** Idem.

TABELA 3
Brasil e Centro-Oeste
Taxas médias anuais de crescimento e índices de instabilidade dos setores
econômicos integrantes do Produto Interno Bruto Real - 1960/1994 (*)**

País/Região	Produto	Taxa Média Anual de Crescimento (%)*	Índice de Instabilidade
Brasil	Agropecuário	2,2	232
C. Oeste		2,8	327
Brasil	Industrial	7,7	104
C. Oeste		13,9	47
Brasil	Comércio	-2,8	254
C. Oeste		2,9	697
Brasil	Intermediação	2,1	417
C. Oeste	Financeira	11,7	142
Brasil	Transportes e Comunicação	-0,7	814
C. Oeste		-2,6	940
Brasil	Governo	-0,3	934
C. Oeste		6,8	241
Brasil	Aluguéis	3,0	692
C. Oeste		22,6	90
Brasil	Outros	0,3	971
C. Oeste		7,8	183

FONTE: REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA (1970).
OLIVEIRA & SILVA (1996).

Notas: * Ver nota da TABELA 1.

** Idem.

*** Não foi possível obter a desagregação do PIB em subsetores para os anos de 1995 e 96.

Durante os trinta e seis anos para os quais os dados são explicitados dois fatos relevantes para a compreensão da dinâmica da economia regional merecem ser destacados: a) o período de maior crescimento econômico para a região foi a década de 70. Nesta, todos os três setores cresceram mais que em qualquer outro período de sua história econômica recente; e b) cada um deles, no Centro-Oeste, apresentou taxas de expansão superiores às mesmas verificadas para o respectivo setor no Brasil como um todo na maioria dos períodos analisados. As exceções ficaram por conta da agropecuária que nos anos 80 surpreendentemente envolveu à taxa de -3,5% ao ano no Centro-Oeste enquanto o setor crescia 3,3% ao ano no total do País, e também mais recentemente no período 1990/96 o setor de serviços do Brasil como um todo cresceu um pouco mais que o mesmo setor na região.

Estimativas do crescimento de atividades produtivas integrantes do Produto durante o período 1960/94 permitem uma visualização mais acurada dos ramos de atividade que têm tido impactos importantes sobre o crescimento econômico regional. A TABELA 3 a seguir mostra estes dados².

A análise para os setores agropecuário e industrial mantém-se tal como já comentado nos

² As estimativas de taxas de crescimento para as atividades produtivas integrantes do PIB em sua forma mais desagregada cobrindo o período 1960/94 (apresentadas na TABELA 3) não são imediatamente comparáveis com aquelas apresentadas anteriormente e referentes aos três setores de atividade (indústria, agropecuária e serviços) que cobrem um período maior: 1960/96. Os dados disponíveis sobre os PIBs de atividades produtivas ainda não foram até esta data devidamente disponibilizados, embora para aqueles três setores de atividade as estimativas existam.

parágrafos anteriores. Para as demais atividades produtivas, no entanto, os dados são sugestivos com ao ramos de aluguéis, intermediação financeira e governo apresentando taxas de crescimento anuais inusitadas quando se tem em mente que as taxas referem-se a um período de três décadas e meia. O ramo de comércio teve um desempenho excepcional no Centro-Oeste crescendo a uma taxa anual de 2,9% ao ano enquanto que para o conjunto do País, na verdade, o crescimento verificado foi negativo. O índice de instabilidade do crescimento foi muito maior na região que para o País como um todo, sugerindo que o comércio regional cresceu muito abruptamente de maneira a romper com o ambiente geral de desaceleração que se instalou neste ramo para o restante do País.

No ramo de intermediação financeira também o crescimento do produto foi inusitado comparativamente à estimativa do país como um todo. O atingimento de uma taxa anual de 11,7% anualmente durante trinta e quatro anos é algo elogável – tal como ocorreu com o setor industrial da região – e é explicável pela montagem de um setor que praticamente inexistia no Centro-Oeste: a criação do Distrito Federal implicou na transferência de grandes bancos estatais para a região, como foi o caso da sede do Banco do Brasil.

O produto da atividade de transportes e comunicação no Centro-Oeste é o único que apresenta crescimento negativo (-2,6% a.a) seguindo o padrão notado para o Brasil que também teve uma taxa negativa de -0,7% ao ano. Este comportamento se explica somente se se considera que o bloco de investimentos em rodovias e comunicações feitos no início do período sob análise para a criação de Brasília se esgotou rapidamente quando da finalização das obras e que, a partir de então, a necessidade para gastos volumosos ficou drasticamente diminuída, exigindo-se somente gastos adicionais para recuperação da natural depreciação da infra-estrutura.

Como esperado, a taxa de crescimento do produto do setor governo neste período foi bastante mais alta que a do País como um todo: 6,8% para a região contra -0,3% anuais para o ramo no Brasil e o índice de instabilidade, por sua vez, foi muito mais reduzido para aquela região que para o Brasil.

3 - ELEMENTOS DETERMINANTES DO CRESCIMENTO REGIONAL: OS RECURSOS PÚBLICOS

A proposição central do trabalho é que o intenso crescimento regional do período se deveu, em sua maior parte, à atuação do Estado na destinação “direta” de grandes volumes de recursos para a criação de infra-estrutura econômica e social e na expansão de gastos correntes que influenciam “indiretamente” o crescimento ao manter a demanda agregada em níveis mínimos e, portanto, favorecer a demanda de investimento privado.

Utilizando conceitos da macroeconomia podemos demonstrar que o crescimento econômico de uma dada região ou país (ΔY), numa situação de pleno emprego de recursos e sem relações com o exterior, depende da expansão de investimentos públicos e privados:

$$\Delta Y = f(\Delta G ; \Delta I_{\text{privado}}) \quad (1)$$

onde G é o investimento do setor governo na região/país.

Dada esta relação, o nosso ponto é que, no caso da região Centro-Oeste, tem sido o elemento governo (ΔG) o principal responsável pelo crescimento do produto regional. Sua atuação se expressa no forma de gastos em consumo, de investimentos novos e de financiamento do investimento privado, ou seja, teríamos o seguinte comportamento, “de forma majoritária”, para o crescimento da renda na região Centro-Oeste:

$$\Delta Y_{\text{CO}} = f(\Delta G) \quad (2)$$

No entanto, o investimento privado é indiretamente estimulado pela ação do governo ao aumentar a renda regional (ΔY_{CO}) e, assim, teremos a seguinte função do investimento:

$$I_{\text{privado}} = g(\Delta Y_{\text{CO}}) \quad (3)$$

Logo, substituindo (2) em (3):

$$I_{\text{privado}} = g[f(\Delta G)] \quad \text{ou} \quad I_{\text{privado}} = h(\Delta G) \quad (4)$$

$$\text{Onde } h = g[f(\dots)]$$

A expressão (4) nos diz que o investimento privado é uma função (indireta) das despesas governamentais na região.

O produto regional é uma função, portanto, dos gastos diretos em investimento do governo, que por sua vez estimulam via a ampliação da demanda agregada – e através, também, das fontes de financiamento de crédito público colocadas à disposição do setor privado – o investimento do setor privado.

Para empreendermos a análise, evidenciamos o conjunto relevante das despesas governamentais realizadas na região via a apresentação dos montantes e do comportamento observado das categorias específicas de investimentos e gastos em consumo utilizadas pelo governo para realizar suas ações em favor da expansão do produto regional.

Primeiro analisamos o conjunto das despesas do setor público (despesas em investimento e despesas em consumo) com o objetivo de avaliar a atuação do governo pela via fiscal. Em outros termos, isso corresponde a uma avaliação do montante dos recursos gastos pelo governo na região resultante da diferença líquida entre o que ele arrecada – o total das receitas – na região e o que ele despende nela – o total das despesas. Quando ocorre de o governo realizar despesas em excesso às receitas obtidas numa região, o governo está transferindo renda de outras regiões do País para a região em evidência e este é o caso, como mostraremos a seguir, verificado no Centro-Oeste.

Em seguida, analisamos desagregadamente os itens componentes das despesas totais do governo. Tais variáveis são discriminadas como se segue: a) os investimentos públicos refletidos nos indicadores de Formação Bruta de Capital do Setor Público; b) os investimentos privados induzidos pelo setor público via carteiras de crédito para financiamento agropecuário e para financiamento industrial Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); c) as despesas governamentais em consumo que aqui neste trabalho são discriminadas de acordo com a função a que elas se destinam, e que podem ser apresentadas como: c.1) atuação do governo (união, estados e municípios) na realização de despesas em consumo, que se referem ao valor dos bens e serviços que o governo compra da população

(pessoas e empresas); e c.2) a atuação do governo como empregador, que se refere aos gastos com o funcionalismo público e, portanto, com a criação e manutenção de demanda agregada (via massa de salários) da economia regional³.

3.1 – A atuação do Governo pela Via Fiscal

A ênfase da análise nesta seção é no que toca à diferença entre a parcela que o governo federal *gasta* na região e o total de impostos federais efetivamente *pagos* pelos residentes da região. Quando o governo federal gasta mais em despesas do que arrecada numa região, ele está contribuindo para a expansão da demanda agregada – e, portanto, para o crescimento da renda regional. Como já disseram MAIA GOMES & VERGOLINO (1997) “Ao distribuir suas despesas sem levar em conta a sua origem geográfica o governo federal promove redistribuição de renda,(...). Contudo, isso constitui, é claro, uma maneira de o governo central contribuir, positiva ou negativamente, para o desenvolvimento de uma região.” No caso do Centro-Oeste, a experiência das últimas décadas é bastante favorecedora do crescimento da renda regional.

Os dados reais sobre receitas e despesas do governo estão disponíveis na TABELA 4, referentes aos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995. Algumas conclusões importantes acerca da região Centro-Oeste podem ser retiradas deles, começando com a constatação de que em todos os anos relatados o conjunto das despesas realizadas pelo governo federal na região é maior que o total de receitas federais pagas pelos residentes da região ao governo central. Em outras palavras, esta região tem sido bem aquinhoadada pelo governo federal quando da repartição de gastos nacionais em despesas. Como proporção das despesas da região no total nacional, as estimativas evidenciam ganhos sempre expressivos, peb menos, desde o ano de 1970.

³ Tais formas de atuação do Estado nas regiões já foram devidamente sistematizadas e investigadas anteriormente por MAIA & VERGOLINO (1995 e 1997) em estudos sobre a macroeconomia das regiões Nordeste e Norte do Brasil.

TABELA 4
Região Centro Oeste
Participação percentual nas despesas e receitas do Governo
Federal *, no PIB e na população do Brasil
1970, 1975, 1980, 1985 e 1995

	1970	1975	1980	1985	1995
Despesas C. Oeste/despesas Brasil	9,0	16,5	18,0	21,2	22,0
Receitas C.Oeste/receitas Brasil	1,5	5,0	10,0	10,6	19,7
PIB C.Oeste/PIB Brasil (%)	3,9	4,3	5,5	4,6	8,7
População C.Oeste/população Brasil	5,4	5,8	6,3	6,4	7,2

FONTE: REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA (1970).

NOTA: * Embora disponíveis, os dados de receitas e despesas para os anos de 1991 e 1992 não foram incluídos aqui porque estão passando por uma reavaliação (coordenada pelo IPEA) junto ao IBGE que é o órgão produtor desta informação.

As despesas federais na região, durante o período 1970/1995, estão substancialmente acima das receitas federais arrecadadas nesta região e mais: a expansão das despesas tem sido sempre mais firme do que o acréscimo em arrecadação. O governo federal tem participado ativamente, portanto, como promotor do desenvolvimento regional em função dos elevados gastos aí realizados.

A proporção de despesas da região no total das despesas do País como um todo tem estado sistematicamente acima das proporções da população e do produto da região nos respectivos totais do Brasil. Este comportamento leva a refletir que como o acréscimo de despesas (medido pela referida proporção entre despesas regional/total nacional) na região não tem sido acompanhado na mesma intensidade pelo crescimento do produto regional (também medido pela proporção dos produtos da duas regiões), então, isto significa que vazamentos substanciais de renda estão se processando nesta região em favor de demais regiões brasileiras.

3.2 – Recursos públicos para investimento

3.2.1 – Formação Bruta de Capital do Setor Público (FBCSP)

O papel de criador de parcela substancial da formação de capital da região é aqui mensurado via dados de FBCSP do setor público que inclui também as empresas estatais. A TABELA 5 contém os números e relações relevantes para a análise. A TABELA evidencia a expressividade dos gastos federais na formação de capital da região dado que a relação Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) regional/FBCF do país é sempre superior à relação PIB regional/PIB nacional.

A constatação até este momento é a de que o setor público, desde os anos 70 até 1995, está agindo de maneira a reforçar substancialmente o crescimento do produto e renda no Centro-Oeste. É patente que grandes mudanças ocorreram ao longo dos anos oitenta (80) que resultaram num aumento significativo da participação do PIB regional no total do Brasil. Há uma clara mudança de patamar no valor da referida participação, para mais, nos anos iniciais da década de 90 concomitante ao aumento no investimento em FBCSP.

TABELA 5
Brasil e Centro-Oeste
Formação bruta de capital fixo do setor público e das
empresas estatais* - 1970, 1975, 1980, 1985, 1991, 1992 e 1995
(valores absolutos e porcentagens relativas)

Anos	FBCF em valores (Cr\$ milhões correntes)		FBCF do C.Oeste como (%) da FBCF do Brasil	Participação (%) do PIB do C.Oeste no PIB do Brasil
	Brasil	C.Oeste		
1970	16.202	974	6,0	3,9
1975	106.698	9.046	8,5	4,3
1980	1.303.149	98.327	7,5	5,5
1985	87.834.002	8.738.906	9,9	4,6
1991	12.656.080	1.502.959	11,9	9,0
1992	135.612.815	14.894.312	11,0	9,3
1995**	34.107.921	3.476.124	10,2	8,7

FONTE: IBGE (1987).

NOTA: * O *setor público* inclui a administração central e descentralizada, na União, nos estados e nos municípios;
empresas estatais são as empresas cujo controle acionário pertença à União ou aos estados.

** Em R\$ Mil correntes.

Este aumento é importante de ser assinalado por que ocorre num período em que os grandes investimentos para a montagem da capital federal e de sua estrutura administrativa já se encontram praticamente consolidados restando pouco a ser feito, mas mesmo assim o governo continua dependendo recursos para o desenvolvimento regional.

3.2.2 – Fontes de crédito públicas para o investimento privado

O setor público tem tido um papel de estimulador do setor privado ao dispor de linhas de crédito oficiais para o financiamento da produção. Para captar tais ações colhemos estimativas sobre as fontes de financiamento do investimento privado no Centro-Oeste que estão diretamente ligadas à atuação do governo na promoção de atividades produtivas. Para tal foram utilizados dados de investimento do BNDES (desembolsos correntes) e Banco do Brasil (crédito agrícola exclusivamente para investimento) e o Fundo Constitucional para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO).

Este procedimento apresenta um aspecto relevante do papel do setor público na região que é o de criação de estímulos sobre a atividade produtiva realizada pelo setor privado em termos, de um lado, de acréscimo da oferta real de bens e serviços e, de outro lado, de mantenedor de de-

manda agregada. A forma pela qual os incentivos são canalizados para o setor privado é a dos financiamentos concedidos às atividades industriais e agropecuárias na região.

Foram calculadas, com base nos dados das fontes citadas acima, duas estimativas para os valores de crédito ao investimento, uma chamada de “pessimista” e outra “otimista”. A primeira estabelece um limite inferior para as estimativas calculadas. Supõe-se que os recursos das três fontes oficiais mencionadas são iguais a dois terços do investimento privado total na região, ou seja, os empresários privados teriam aportado R\$0,50 de recursos próprios para cada R\$1,00 recebido das fontes oficiais. No caso da segunda estimativa, supõe-se que os empresários entram com uma parcela maior de recursos próprios, na verdade, com R\$1,00 para cada outro R\$1,00 das fontes oficiais. Os dados são apresentados na TABELA 6 e ilustrados no GRÁFICO 3.

Vale lembrar que as estimativas pessimista e otimista são representativas do investimento privado que tem parcela financiada pelo setor público. Logo, estamos, com a adoção deste procedimento, deliberadamente, sobrestimando a participação do setor público na economia regional, uma vez que tomamos “emprestado” a possível contrapartida dos agentes privados no total do investimento. O propósito é ressaltar que o setor público

tem, de fato, uma atuação maior que a presumidamente assumida: como a parcela financiada pelo setor público exige uma contraparte dos in-

vestidores privados, o governo “amarra” os dois conjuntos de recursos em prol do crescimento econômico regional.

TABELA 6
Região Centro-Oeste
Créditos concedidos para financiamento do investimento
privado e estimativas pessimista e otimista do
investimento privado total, 1970-1996

(Em US\$ milhões de 1996)

Anos	Fontes de Crédito			Investimento Privado Total ⁴	
	FCO ¹	BNDES ²	Crédito Agrícola ³	Hipótese Pessimista	Hipótese Otimista
1970	–	22	719	1.112	1.482
1971	–	28	889	1.376	1.834
1972	–	134	1.676	2.715	3.620
1973	–	92	2.303	3.593	4.790
1974	–	135	2.088	3.335	4.446
1975	–	154	2.934	4.632	6.176
1976	–	163	3.843	6.009	8.012
1977	–	67	2.074	3.212	4.282
1978	–	124	1.993	3.176	4.234
1979	–	266	2.628	4.341	5.788
1980	–	296	1.413	2.564	3.418
1981	–	499	901	2.100	2.800
1982	–	442	694	1.704	2.272
1983	–	204	565	1.154	1.538
1984	–	183	215	597	796
1985	–	304	360	996	1.328
1986	–	183	2.536	4.079	5.438
1987	–	273	1.121	2.091	2.788
1988	–	270	782	1.578	2.104
1989	89	418	640	1.721	2.294
1990	210	350	297	1.286	1.714
1991	142	416	174	1.098	1.464
1992	121	487	304	1.368	1.824
1993	154	585	447	1.779	2.372
1994	173	1.007	688	2.802	3.736
1995	242	762	381	2.078	2.770
1996	243	518	303	1.596	2.128

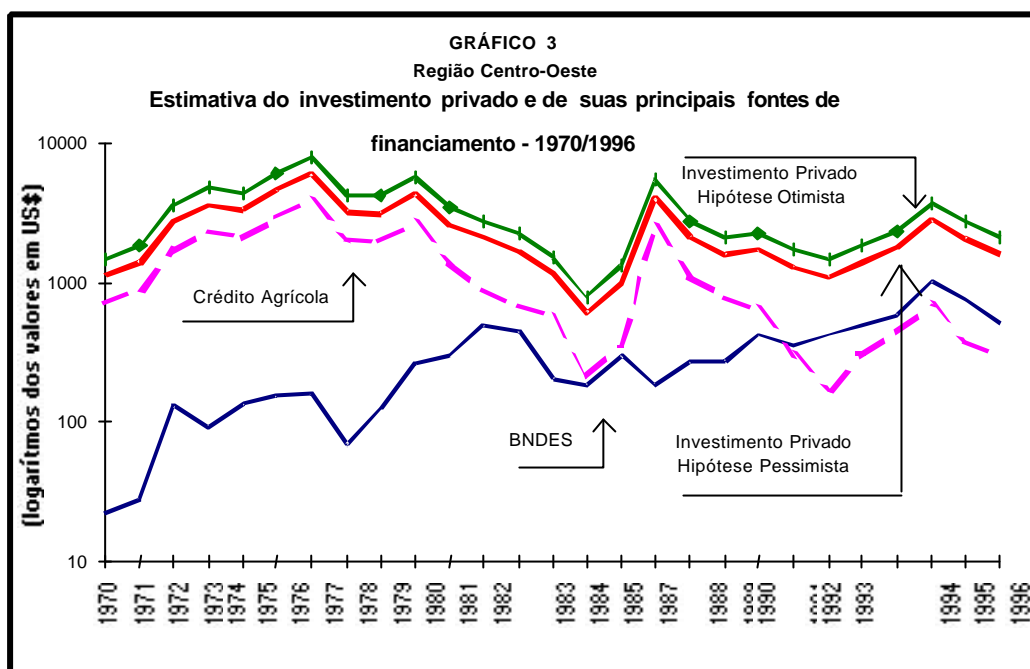
FONTE: SEPRE (1998)

NOTAS: ¹ Repasses do Tesouro Nacional apud Sistema de Informações Geranciais / SEPRE/ MPO. Abril, 1998.

² Até 1975, os valores referem-se a Operações Aprovadas; para os anos seguintes referem-se a Desembolsos (valores efetivamente liberados).

³ As informações sobre crédito rural a produtores e cooperativas referem-se, exclusivamente, a investimentos (agrícolas e pecuários). Não são computados os valores de custeio.

⁴ O cálculo do investimento privado total foi feito admitindo-se que o aporte de recursos próprios (nos investimentos com as financiados com as fontes relacionadas na tabela e nos demais investimentos) correspondesse a 50% (hipótese pessimista) ou a 100% (hipótese otimista) dos recursos totais disponibilizados pelo Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), Fundo Constitucional de financiamento do Norte (FNO), Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo crédito agrícola para investimento.



FONTE: SEPRE (1998)

TABELA 7
Região Centro-Oeste
Estimativas pessimista e otimista do investimento privado
como porcentagens do PIB regional - 1970/1996

Anos	Estimativa Pessimista	Estimativa Otimista
1970	12,6	16,8
1975	28,1	37,5
1980	9,1	12,2
1985	3,2	4,2
1990	3,0	4,0
1991	2,5	3,3
1992	3,3	4,4
1993	3,9	5,2
1994	5,6	7,5
1995	4,0	5,4
1996	2,9	3,8

FONTES: IBGE (1987)
IPEA (1996)
OLIVEIRA & SILVA (1996)

As estimativas calculadas apontam para uma exaustão na oferta de crédito para o investimento ao longo do período. Nos anos 70 e até pelo menos 1981, os valores obtidos são superiores, em média, ao período seguinte dos anos 80 e 90. Este comportamento se explica, na verdade, pela queda nos valores do investimento no crédito agrícola na região. De maneira singular, esta fonte de crédito foi a mais expressiva no total do crédito ao inves-

timento regional chegando a alcançar o máximo de US\$ 3,8 bilhões (em valores de 1996) em 1976 e nos anos seguintes teve seus montantes substancialmente reduzidos.

Outra tendência que fica perceptível no gráfico 3.1 é a de uma substituição – na direção do crédito agrícola para o industrial – na utilização de crédito para investimento na região. O crédito

agrícola que, como já apontado, teve uma importância fundamental no total no crédito na década de 70, mostrou um declínio ao final do período sendo ultrapassado pelo crédito do BNDES a partir de 1992.

referida década que o investimento das duas fontes governamentais (o FCO não tinha sido criado nesta época) alcançou uma maior relevância para o crescimento do produto regional, em 1975 tal participação chegou a vultosos 28,1%. Nos anos

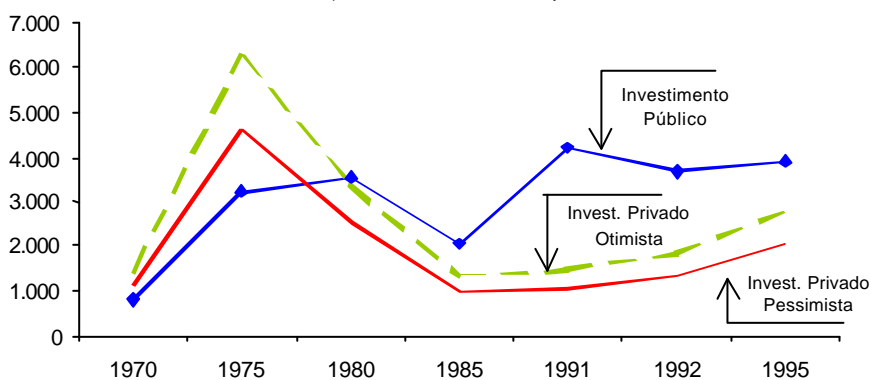
TABELA 8
Região Centro-Oeste
Formação bruta de capital fixo do setor
(Governo e empresas estatais) e do setor privado - 1970/1995
(Em US\$ milhões de 1996 e em percentagem)

Anos	Investimento Público (\$)	Investimento Privado (\$)		Investimento Total (\$)		Investimento Público como (%) do Investimento Total	
		Hipótese Pessimista	Hipótese Otimista	Hipótese Pessimista	Hipótese Otimista	Hipótese Pessimista	Hipótese Otimista
1970	801	1.111	1.482	1.912	2.283	41,9	35,1
1975	3.216	4.631	6.175	7.847	9.391	41,0	34,2
1980	3.554	2.563	3.418	6.117	6.972	58,1	51,0
1985	2.053	995	1.327	3.048	3.380	67,4	60,7
1991	4.236	1.097	1.462	5.333	5.698	79,4	74,3
1992	3.689	1.368	1.824	5.057	5.513	72,9	66,9
1995	3.901	2.076	2.769	5.977	6.670	65,3	58,5

FONTE: IBGE (1987)
REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA (1970)
REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA (1977)

OBS.: Os procedimentos para cálculo do investimento privado são explicados nas notas da TABELA 5. A existência de duas estimativas para o investimento total decorre do fato de que fizemos também duas estimativas para o *investimento privado*. Na hipótese pessimista, o investimento privado é igual à soma dos financiamentos concedidos ao setor privado, em cada ano, na região Centro-Oeste, pelo BNDES e pelo Banco do Brasil (crédito agrícola). Na hipótese otimista, os empresários aportam recursos próprios em igual montante das fontes antes citadas, de modo que o investimento privado ficaria igual a duas vezes a soma dos financiamentos do FCO, BNDES, e Banco do Brasil (crédito agrícola para investimento).

GRÁFICO 4
Região Centro-Oeste
Investimento público (Governo + estatais) e investimento privado nas
hipóteses pessimista e otimista - 1970/1995
(Em US\$ milhões de 1996)



FONTE: Ver TABELA 7

Como porcentagem do PIB regional, as estimativas pessimista e otimista mostram-se, ambas, mais significativas na década de 70 que depois. Neste período inicial, segundo os cálculos constantes na TABELA 7, teria sido em meados da

que se seguiram, evidenciou-se um declínio da participação destas fontes no crédito ao investimento que coincide com o período de desaceleração do crescimento da economia brasileira. Mesmo nos anos de 1995 e 1996, imediatamente pos-

teriores ao Plano Real, não ocorreu uma retomada nos níveis gerais de investimento nas fontes de crédito governamentais.

3.2.3 – Investimentos diretos do setor público mais fontes de crédito ao investimento privado

A TABELA 8 e o GRÁFICO 4 mostram os dados conjuntos dos investimentos públicos e privados para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1991, 1992 e 1995. Nota-se que os investimentos públicos (FBCSP) têm apresentado uma importância fundamental na formação de capital da região. Tomando a hipótese pessimista como referência mais conservadora, os dados evidenciam que a proporção do investimento público no investimento total situou-se em torno de 40,0% nos anos de 1970 e 1975, aumentando em seguida até atingir o valor máximo de 78,4% em 1991. Nos anos que se seguiram, houve um certo declínio na referida relação e em 1995, último ano para o qual as estimativas estão disponíveis, a sua participação atingiu 64,3% do investimento total na região.

Os investimentos estritamente públicos têm tido, portanto, um papel relevante no crescimento econômico regional nas últimas três décadas, sendo que, relativamente ao papel desempenhado pelo setor privado, o setor público vem aumen-

tando sua relevância sobre as modificações na atividade produtiva do Centro-Oeste, e isto tem-se mostrado mais verdadeiro para os anos 80 e 90 que para a década de 1970.

A real importância dos investimentos totais sobre o Produto regional pode ser avaliada através da participação do investimento total no produto interno bruto regional. A TABELA 8 mostra que a relação entre as variáveis foi maior durante a década de 1970 que no período posterior. Em 1975, esta relação atingiu seu pico máximo em 47,7% (hipótese pessimista) e já, em 1980, a proporção caiu à metade e na década de 1990 mantém-se em patamar mais reduzido.

3.3 – Gastos públicos em consumo: garantias reais de manutenção da demanda agregada

3.3.1 - Consumo do Governo (União, Estados e Municípios)

Esta categoria de gastos refere-se aos montantes despendidos pelo governo na compra de bens e serviços à sociedade (inclusive pagamento a funcionalismo público). Por exemplo, o valor dos serviços que o governo presta à população (por exemplo, os serviços de saúde e educação), sobre os quais não há necessariamente por parte da população uma contrapartida de pagamento

TABELA 9
Brasil e Região Centro-Oeste
Consumo do Governo - 1970, 1975, 1980, 1985, 1991, 1992 e 1995
(valores absolutos e relativos aos PIB's)

Anos	Consumo em Valores Absolutos (Cr\$ milhões correntes)		Consumo do C. Oeste como (%) do PIB do Centro-Oeste	Consumo do Brasil como (%) do PIB do Brasil
	Brasil	C. Oeste		
1970	21.143	1.719	27,6	11,3
1975	101.328	11.198	30,2	10,2
1980	1.139.398	189.527	28,0	9,2
1985	137.994.854	28.139.987	41,8	9,7
1991	22.772.724	5.199.194	37,0	14,6
1992	251.082.628	51.619.238	32,0	14,5
1995*	107.564.210	21.764.868	38,9	16,8

FONTE: REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA (1970)
REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA (1977)
IBGE (1987)

NOTA: * Em R\$ Mil correntes.

direto ao governo, constitui-se na contabilidade social como Consumo do Governo. Os dados para esta variável são elaborados pelo IBGE através da pesquisa “Regionalização das transações do setor público” que reúne as estimativas de gastos em consumo da União, dos estados e dos municípios (administração central e descentralizada).

O destaque é que a relação consumo do governo/PIB no Centro-Oeste tem mantido-se em patamares elevados e sem tendência a uma diminuição desde 1985. Uma comparação destes dados de consumo com as estimativas de investimentos totais da TABELA 8 mostrada em seção anterior, torna evidente que a importância destas despesas em consumo relativamente ao Produto regional tem

TABELA 10
Brasil e Centro-Oeste
Indicadores do peso relativo e da evolução do
emprego público* - 1979-1985
(Em porcentagens e números índices)

Anos	Emprego Público/Emprego Formal Total (Dados Gerais)		Emprego Público/Emprego Formal Total (Painel Fixo)		Índices do Emprego Público Total (Dados Globais)	
	($\%$)		($\%$)		(1979=100)	
	C. Oeste	Brasil	C. Oeste	Brasil	C. Oeste	Brasil
1979	--	--	23,8	13,0	100,0	100,0
1980	--	--	25,1	13,4	108,3	105,5
1981	--	--	25,0	14,5	106,7	111,1
1982	--	--	25,7	15,3	112,1	117,8
1983	--	--	26,2	16,3	118,7	120,6
1984	--	--	29,8	16,8	156,7	129,5
1985	40,1	22,6	28,7	16,9	154,0	137,4
1986	40,1	22,0	29,7	17,2	165,8	147,3
1987	38,8	22,8	29,9	18,0	169,4	153,2
1988	38,9	22,7	30,7	18,4	182,5	158,8
1989	37,7	21,3	30,7	18,3	180,8	160,3
1990	37,1	21,7	32,9	19,9	188,5	163,4
1991	37,8	21,5	34,1	20,8	193,6	164,9
1992	33,8	21,8	34,2	21,8	187,3	164,1
1993	31,9	21,0	--	--	188,9	161,7
1994	36,5	23,1	--	--	229,2	183,1
1995	38,5	24,3	--	--	247,9	194,3

FONTE BRASIL (1996).

Nota: * O Emprego público foi calculado sondierando-se 100% do emprego no setor de administração pública e 80% do emprego em serviços industriais de utilidade pública.

OBS.: Os Dados Globais referem-se ao universo total pesquisado pela RAIS. Como mostra a TABELA, as estimativas assim obtidas divergem bastante das obtidas com o uso do painel fixo.

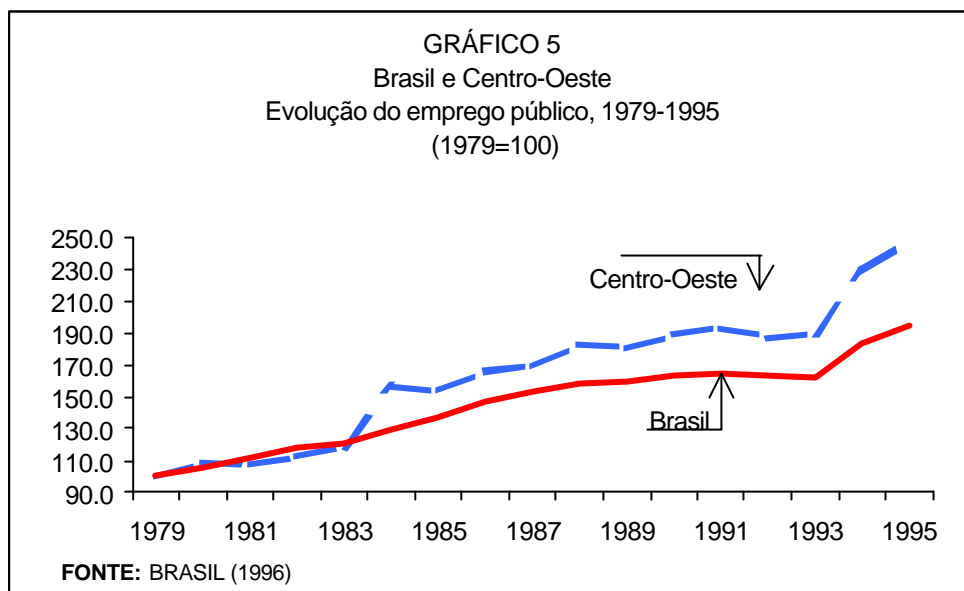
A TABELA 9 apresenta os números relevantes em valores absolutos e como percentagem dos produtos da região e do Brasil para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1991, 1992 e 1995. Novamente, o papel do governo na região tem sido muito alto em termos de suas despesas de consumo relativamente ao PIB regional. De fato, ele tem correspondido a algo em torno de um terço ou mais do Produto total do Centro-Oeste e, no mínimo – nos piores anos – mais que o dobro da mesma relação que se verifica para o consumo total *versus* produto do País como um todo em cada ano.

vido maior que a dos investimentos nesta década de 90. No passado, a situação era menos favorável aos gastos com consumo, isto é, na década de 70 e início dos 80, eram os investimentos que contavam mais no produto regional: segundo a estimativa mais pessimista, em 1970 os investimentos corresponderam a 21,7%, e em 1980, 24,9% do PIB, por sua vez, as despesas eram de, respectivamente, 27,6% e 28,0%, nestes mesmos anos. A mudança que ocorreu desde então resultou em 1995 que os investimentos se reduziram passando a 11,6% do referido PIB e os gastos do governo em consumo, pelo contrário aumentaram ainda mais, atingindo 38,9%.

3.3.2 - O Estado como empregador

A atuação do Estado como empregador interessa aqui particularmente por causa das reverberações sobre a demanda agregada. A expansão da massa de salários do setor público tem influência importante sobre a capacidade produtiva de uma

1979 a 1983 – o emprego público na região não cresce a taxas superiores a do país. Segundo, é que somente depois de 1983 é que a expansão do emprego público na região tornou-se mais intensa que o restante do País, movimento que continua até 1995.



dada região. Como não foi possível obter estimativas dos salários pagos pelo setor público só poderemos avaliar a importância do papel do governo na economia regional de maneira indireta via os dados sobre o número de empregos formais criado pelo governo em cada ano desde 1979 fornecidos pelo Ministério do Trabalho – Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho.

No caso específico do Centro-Oeste, os dados sobre o crescimento do emprego público, no período 1979 a 1995, apresentados na TABELA 10 e GRÁFICO 6, evidenciam que tais empregos nesta região têm evoluído a taxas mais expressivas que a tendência que se observa no país como um todo. Tomando como base o ano de 1979 (=100), o emprego público total na região cresceu 2,5 vezes; no mesmo período para o Brasil como um todo, no entanto, o emprego total foi multiplicado 1,9 vezes.

O GRÁFICO 5 põe em evidência a trajetória do emprego público no Centro-Oeste e no Brasil tornando algumas nuances da evolução mais perceptíveis. Primeiro, nos anos iniciais da série –

A qualidade do emprego gerado no setor público é um aspecto importante da atuação do Estado como empregador, pois este tipo específico de emprego caracteriza-se pela formalidade das relações trabalhistas, no sentido estrito das garantias legais que são asseguradas ao trabalhador (a contribuição para a aposentadoria é um exemplo). Os dados da Tabela sobre a proporção entre o emprego público e o emprego formal total na região e no Brasil, entre 1979 e 1995 mostram um diferencial importante entre o que prevalece no Centro-Oeste e no resto do País é revelado: o emprego público, em todos os anos da série, tem peso muito maior no total do emprego formal na região que no Brasil. Obviamente que este comportamento é devido à concentração de servidores públicos na máquina administrativo-burocrática localizada no Distrito Federal. Também pode-se apontar para uma tendência que se revela firme tanto no Centro-Oeste quanto no Brasil – que é o aumento crescente da importância do emprego público no total do emprego formal.

4 - CONCLUSÕES

As principais conclusões a que se pode chegar sobre os elementos explicativos do crescimento econômico da região Centro-Oeste desde os anos 60 até 1996, estão relacionadas a uma forte atuação do governo federal. Seja como investidor direto (aumentando a parcela da formação de capital do setor público regional), seja como investidor indireto (financiando linhas de crédito para o investimento privado na indústria, serviços e agropecuária) e seja como realizador de despesas governamentais em bens e serviços públicos e no pagamento de salários, o papel do Estado teve impacto de monta na estrutura produtiva regional.

Um quadro sintético do patamar de participação do setor público no crescimento do PIB pode ser rapidamente inferido das seguintes informações sobre as razões observadas do consumo do governo, da formação bruta de capital do setor público e do investimento privado induzido pelo setor público com o PIB:

A TABELA 11 mostra que a participação do setor público na formação do Produto regional tem sido muito elevada, pelo menos desde os anos 70, respondendo por cerca de metade da riqueza gerada na região. Há uma pequena redução da referida participação entre o início e o final do período (em 1995) mas de pouca monta, o que parece ainda não configurar uma tendência.

Uma interpretação para o comportamento do setor público na geração de riqueza (direta e indi-

60 representou um marco para a região. A construção da nova capital federal propiciou um tremendo volume de recursos na criação da infraestrutura da própria cidade e de toda uma rede viária interligando as demais regiões do País ao Distrito Federal. A máquina burocrática do Estado brasileiro foi então, paulatinamente, sendo transferida da cidade do Rio de Janeiro para a nova capital e junto veio também a parte relevante do funcionalismo público federal.

Nas décadas seguintes, o centro burocrático-administrativo tem-se consolidado e a região vem apresentando um dinamismo muito saudável em outros setores da economia que não somente o terciário (governo). Esforços consideráveis para o desenvolvimento da produção de grãos na região dos cerrados, desde a década de 70, têm resultado no aumento da participação do Centro-Oeste na produção brasileira de grãos – em 1973 sua participação na produção de grãos foi de 10,7% e em 1997 esta participação saltou para 25,3% ver REZENDE & HELFAND (1997) – caracterizada pela alta capitalização e produtividade do campo, conduzindo, assim, a uma transformação tecnológica muito expressiva com a atração para a região de empresas agroindustriais de peso no setor em nível nacional.

Apesar de todas as transformações econômicas ocorridas que impulsionaram o setor privado na região, o Estado brasileiro continua, mesmo nesta década, sendo um elemento vital para o desenvolvimento da região. Os dados levantados neste trabalho corroboraram esta afirmação. No

TABELA 11
REGIÃO CENTRO-OESTE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO CONSUMO DO GOVERNO, DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL DO SETOR PÚBLICO E DO CRÉDITO AO INVESTIMENTO PRIVADO NO TOTAL DO PIB REGIONAL 1970, 1980, 1991 E 1995

Anos Escolhidos	Consumo Público/ PIB (%) (A)	Investimento Público/ PIB (%) (B)	Investimento Privado com Recursos Públicos* (Hipótese Pessimista)/ PIB (%) (C)	TOTAL (D) = (A+B+C)
1970	27.6	15.6	12.6	55.8
1980	28.0	14.5	9.1	51.6
1991	37.0	11.9	2.5	51.4
1995	38.9	6.2	4.0	49.1

FONTE: . Elaboração dos autores.

NOTA: * Investimento privado parcialmente financiado por fontes de crédito governamentais. Para detalhes conceituais ver seção 3.1.2 deste trabalho.

reta) no Centro-Oeste é a de que o início dos anos

início do período (décadas de 60 e 70), a atuação

do governo usou mais intensivamente do expediente da formação de capital, isto é, do acréscimo de potencial produtivo via o investimento. Nesta década de 90, entretanto, os investimentos estão sendo reduzidos de maneira violenta; mas, em contrapartida, o governo vem promovendo o crescimento econômico via o aumento da participação do conjunto dos seus gastos públicos em consumo, o que tem evitado uma diminuição nas taxas de crescimento da atividade produtiva.

Abstract:

This article brings evidence that economic growth performance in Brazilian Center-West region was very successful in the 1960-1996 period, with the per capita GDP rates attaining levels greater than any other region except the North region. The main causes of these growth rates are related to the role of the public sector. It has been the government action on investing in public capital formation, on providing supply of financial credit to private investment and on spending great amount of resources in public expenditures – more than has been done in other regions – that resulted in important changes in the regional productive structure and an accelerated pace in the expansion of per capita income. In fact, our estimates have shown the share of government – in (direct and indirect) investments and expenditures – in the regional economy has exceeded 50% percent since the seventies.

Key Words:

Economic growth; Public investment; Regional development; Brazil-Middle-East Region.

5 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BERTRAN, Paulo. Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil. Brasília: CODEPLAN, 1988.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Anuário da Relação Anual de Informações Sociais/RAIS. Brasília, [19--].

_____. **Painel fixo da RAIS, 1979/1992.** Brasília, 1996.

CARVALHO, José Otamar de (Coord.). **Revisão das estratégias de desenvolvimento do Centro-Oeste:** relatório final da coordenação - Trabalho realizado no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica para o Planejamento do Desenvolvimento Regional Brasileiro (PCT). Brasília: SEPRE, 1998.

GALINDO, Osmil, SANTOS, Valdeci M. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, Rui de B. A. (Org.), SILVA, Pedro Luiz B. (Org.). **Federalismo no Brasil:** desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP, 1995.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil.** Rio de Janeiro, 1987. V. 3.

_____. **Regionalização das transações do setor público:** resultados das administrações públicas e da atividade empresarial do governo. Rio de Janeiro, (1996).

_____. **Regionalização das transações do setor público:** resultados das administrações públicas e da atividade empresarial do governo. Rio de Janeiro, (1997).

IPEA. **Produto Interno Bruto por Unidade da Federação.** Brasília, 1996. (Texto para Discussão, 424).

MAIA GOMES, Gustavo, VERGOLINO, José Raimundo. **A macroeconomia do desenvolvimento nordestino:** 1960/1994. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, 372).

_____. Trinta e cinco anos de crescimento na Amazônia, 1960/1995. Brasília: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, 533).

OLIVEIRA E SILVA, Antonio et al. **Produto Interno Bruto por Unidade da Federação**. Brasília: IPEA, 1996. (Texto para Discussão, 424).

REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, v. 24, n. 8, 1970.

_____. Rio de Janeiro: FGV, v. 31, n. 7, 1977.

REZENDE, Gervásio. C., HELFAND, Steven M. **Estruturas regionais de produção, consumo e preços agrícolas: os casos do milho, aves e suínos**. Brasília: IPEA, 1997. (Mimeo-gr.).

RODRIGUEZ, Maria Lélia O. F. Visão histórica da distribuição regional da receita e despesa do setor público no Brasil (1970-1975-1980-1985-1991). Brasília: IPEA, 1995. (Mimeo-gr.).

SEPRE. **Sistema de informações gerenciais**. Brasília, 1998. (Boletim de Abril, 98).

SUDECO. Plano de Desenvolvimento do Região Centro-Oeste (1987-1989). 2. ed. Brasília, 1988.

_____. Recebido para publicação em 27.AGO.1999.